

OH QUE UMA NOITE NÃO É NADA... OI QUEM CHEGOU FOI  
PANELADA, NO ROMPER DA MADRUGADA...”: **um estudo sobre a  
etnogênese em Rio de Contas, Bahia<sup>1</sup>**

Márcio Santos Matos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e  
Comunidades Tradicionais, Sepromi, Bahia

**Palavras-chave:** Etnogênese, Povos Indígenas do Nordeste, Povo Kariri da Panelada.

### **Introdução**

Há mais de cinco décadas que os processos de resgate de identidades étnicas tem sido objeto de interesse de antropólogos. Ante os recentes debates em torno da Lei 14.701/2023 (Lei do Marco Temporal sobre demarcação de Terras Indígenas), as mobilidades étnicas protagonizada por povos indígenas diversos, em busca de garantir seus direitos constitucionais, tem sido ameaçadas por grupos políticos ligados a ruralistas que seguem articulados com vistas a negar-lhes o acesso a menos de vinte por cento de todo território nacional.

Assim, o cenário que está posto desde a colonização figura-se com povos e comunidades tradicionais de um lado e grupos que se querem hegemônicos de outro. Os primeiros (re)existindo historicamente a todo tipo de violência, enquanto constroem caminhos que lhes permitam lutar em prol de dias melhores para seus membros e gerações vindouras, figurando como continuidade das populações nativas americanas. Os segundos, por sua vez, seguem tocando a colonialidade (MIGNOLO, 2005) que sempre lhes definiram, enquanto buscam mecanismos que neguem garantias presentes nas linhas da Constituição Federal de 1988 a grupos subalternizados.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

Partindo da premissa de Weber (1991), segundo a qual o conflito em sociedade é a regra, vamos traçar algumas considerações sobre a etnogênese e, em especial, a vivida pelo Povo Kariri da Panelada, residente em Rio de Contas, Sul da Chapada Diamantina. Esse é mais um grupo étnico (BARTH, 1969) ameaçado pela lei que visa reconhecer como povo indígena somente os coletivos que estavam dentro de seus territórios até a promulgação da Carta Magna.

### **Reflexão acerca do conceito de etnogênese**

Pretendo aqui fazer uma breve revisitação acerca dessa categoria analítica tão importante para refletir sobre o momento vivido por diversos povos indígenas, seja no Nordeste do Brasil, seja em outra região das Américas. Portanto, é válido reafirmar, já de saída, que não se trata de uma realidade exclusiva de povos nativos deste continente, mas de todos agentes envolvidos nos processos coloniais e pós-coloniais por todo o globo terrestre.

Concebido inicialmente dentro de uma perspectiva biológica de mudança dos “seminole como novo grupo indígena” (FONTELLA, 2020, p. 22) por William Surtevant em 1971, o termo foi ressignificado, posteriormente, sob o ângulo de uma perspectiva sociológica, assim como aconteceu com outros conceitos a exemplo de raça cuja concepção biológica cedeu lugar à de base social.

Certo é que a antropologia norte-americana foi responsável por essa colaboração teórica. Para tanto trago aqui de modo breve dois teóricos importantes bons para pensar sobre os processos de formação de novas identidades. Inicialmente, o antropólogo Gerald Sider foi quem abriu um novo olhar sobre a etnogênese. Para Sider(1994), ela não figura apenas como objeto da ação colonial, já que identidades étnicas tanto podem ser “destruídas”, como “reconstruídas”, de maneira anterior à ação de colonizadores. As situações aqui descritas podem surgir com grupos nativos que tão somente disputavam recursos sobre os território ancestrais entre si, por exemplo, criando casos típicos de etnificação.

Nesse sentido, pode-se pensar o caso da categoria etnocídio como fazendo parte de um mesmo processo social. Populações subalternizadas, cujas diferenças étnicas foram apagadas pelo contato com outras hegemônicas, serão incorporadas a estas, reformulando uma nova identidade social ao longo do tempo.

Se a cultura era pensada como “uma maneira de descrever o comportamento humano” (Barth, 1998, p.), depois de Sider, ela passou a ser concebida como formas de

relação construídas historicamente sob a marca da violência<sup>2</sup>. Ou nas palavras de James Clifford, “cultura é sempre algo relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem historicamente entre sujeitos em relação de poder” (1986, p.15).

Logo, isso faz dela uma “arena de conflitos”, já que “as pessoas reivindicam e negam histórias quando reivindicam e negam identidades” (FONTELLA, 2020, p.76). Vale observar que a colonização acentuou a diferenciação que povos nativos concebiam de seus pares tão nativos quanto eles eram-no, de modo que há um crescimento dos processos de etnogênese pelo mundo colonial.

Nesse contexto, é interessante notar a identidade, como uma linha imaginária, se funda por meio de uma crença subjetiva (WEBER, 1991) em uma origem comum – racial e linguística – e, a partir disso, diferencia um grupo ou mesmo um indivíduo de outros. Assim, a identidade étnica atua no plano da coletividade ou do indivíduo.

Por outro lado, temos as contribuições de Jonathan D. Hill (1996) para análise dos processos etnogênicos, gravitando em torno das relações entre a tríade tramas históricas, identidade e poder. Então para esse autor, a colonização surge como uma espécie de evento (Sahlins, 1990) fundamental para se compreender tais dinâmicas de mobilidade étnica.

Sob a esteira de Sider (*Op. Cit.*), onde a cultura é um palco de tensão e conflito ininterrupto, tanto em planos macros, quanto em micros Hill organizou uma série de textos em torno do debate sobre a etnogênese “como uma adaptação criativa a uma história geral de mudanças violentas, incluindo o colapso demográfico, as deslocações forçadas, a escravidão, as guerras étnicas, o Etnocídio e o genocídio durante a expansão histórica dos Estados coloniais e nacionais nas Américas” (HILL, 1996, p,01 *Apud*, FONTELLA, 2020, p, 79). Porém, sem querer me alongar muito sobre os pontos que este autor considera como fundamentais para uma investigação em torno dos processos de etnogênese, quero destacar uma categoria que hoje causa um certo mal-estar entre os povos indígenas: faccionalismo ou formas de facção interna.

O início do processo colonial ressignificou as formas de disputa política entre as populações nativas a partir da inscrição de suas formas de poder nas relações entre aqueles. Tornando povos inteiros dependentes de seus novos gêneros, por exemplo, transformaram o modo como os nativos concebiam outros grupos nativos, ante o acesso

---

<sup>2</sup> Aqui me arrisco a dizer que não houve colonização sem emprego de violência. A história dos processos coloniais é marcada por diversas formas de violência, simbólicas ou efetivas. Para tanto ver Mello e Souza, 1986.

a esses produtos recentes (a exemplo da pólvora) e à necessidade importada pelo colonizador.

Dai o acelerado antagonismo entre povos que, antes de serem seduzidos pelo fetiche da mercadoria, se “completavam”, mas que, a partir de então, vão disputar cada vez mais em razão de garantir para si a posse de tais objetos. Para tanto, vale notar que relações de aliança ou ações de resistência também com os colonizadores faziam partes desse pacote. Porém, não podemos deixar de ver como isso dividia quem antes se “ajudava” de alguma forma e não, apenas, disputava território ou recursos naturais.

Para exemplificar, cito Hill (*Op. Cit.*): “vale destacar que, segundo Hill (1996a, p.02), ‘em contextos de dominação colonial, e de estruturas de poder nacional, os grupos étnicos se dividem internamente em facções que lutam para controlar o acesso à riqueza e ao poder da sociedade dominante’ (*Apud FONTELLA Op. Cit.*, p.80). Contudo, devemos observar que a própria sobrevivência de grupos dominados os levam a negociar diversas formas de garantir sua manutenção social.

A etnologia brasileira tem exemplos de estudos que, sob o interesse pelas muitas formas de etnogênese, tangenciam suas análises para casos de dissidências entre membros de um mesmo grupo étnico. Trago aqui, apenas a título de exemplo e sem querer me alongar sobre os problemas daquela pesquisa, a dissertação da antropóloga Sheila Brasileiro (1996) que abordou tal fenômeno entre os Kiriri no território de identidade Nordeste Semiárido II. Portanto, isso que a antropologia nomeou de faccionalismo figurou como produto direto da investida colonial sob povos nativos das Américas.

Durante minha convivência com indígenas de mais variados povos, entretanto, pude perceber que o uso de tal categoria para abordar querelas entre membros de um mesmo grupo étnico tem lhes desagradado de maneira significativa, tendo em vista o contexto atual no qual o termo tem sido empregado, sempre para se referir às organizações criminosas que atuam em disputa por territórios dominados pelo comércio ilegal de drogas psicoativas. Portanto, guardada as devidas ressalvas de sua etimologia, me parece haver entre a comunidade antropológica uma tendência em curso de evitar sua utilização sob pena de causar mal-estar entre os sujeitos observados pela pesquisa.

Para encerrar essa parte inicial do debate, busco suporte teórico em Bartolomé a fim de mostrar como a etnogênese é um processo dinâmico e plural.

A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma

plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. [...] (2006, p. 40).

Em razão disso, acompanha de maneira geral os agrupamentos humanos, em conformidade com suas historicidades. Ou nas palavras deste último autor,

Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. É o processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana. Suas raízes fundem-se nos milênios e projetam-se até o presente. [...].

Nesse sentido, todas as culturas humanas resultam de processos de hibridação, já que a própria noção de cultura deve ser considerada um sistema dinâmico, cuja existência se deve tanto à criação interna quanto à relação externa. Em síntese, a etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, como parecia depreender-se das reações de surpresa de alguns pesquisadores sociais em face de sua evidência contemporânea (*Idem*, p. 41).

Passemos agora para uma discussão acerca da etnogênese vivida pelo Povo Kariri da Panelada, em Rio de Contas, Sul da Chapada Diamantina, mas antes falaremos sobre a história da ocupação na região.

### **Etnogênese e história em Rio de Contas**

É, majoritariamente, na famosa Rua da Panelada, situada na sede do município de Rio de Contas, Sul da Chapada Diamantina, Bahia onde reside o grupo. A região é marcada por ser uma das mais altas do estado da Bahia, tem em torno de dois mil metros de altitude. Vem daí o conceito de Alto Sertão da Bahia, ou Sertões de Cima, que também se pode significar recôndito interior, como se ‘alto’ sinonimizasse longe, afastado, distante.

A despeito da concepção de que a Etnologia indígena deve manter intenso diálogo e colaboração com a História, abordo, de maneira mais breve, alguns aspectos do processo de ocupação da região do Alto Sertão da Bahia e do entorno da cidade de Rio de Contas. Este modo de proceder visa identificar os grupos indígenas e demais contingentes populacionais que se encontravam habitavam a região do Alto Sertão durante o período colonial.

O objetivo deste modo de proceder é reconstruir a história da invasão das terras do Alto Sertão da Bahia, na qual europeus estavam em busca de metais preciosos, como o ouro, além de estabelecerem fazendas de gado *vacum*. Para assegurar tais metais, recorreram à estratégia colonial das “guerras justas”, resgates e “descimentos” daqueles grupos que negociavam meios de sobrevivência ante à violência dos colonizadores.

Essa investida sobre os sertões começou com a figura do sertanista Antônio Guedes de Brito, que, no século XVII, foi um dos pioneiros nesse processo de invasão das terras indígenas no afã de encontrar ouro. As terras “conquistadas” dos habitantes nativos por este sertanista se estendem da margem direita do rio São Francisco à região de Jacobina como limites respectivos leste e norte, passando pelos demais rios como Itapicuru, Jacuípe, Paraguaçu, das Contas, Pardo, Jequitinhonha, das Velhas, Gavião, Doce e tendo estes como limites sul e oeste do que hoje é majoritariamente o centro de Minas Gerais. É importante destacar que nesta área se encontravam as minas mais opulentas, e que esta correspondia a quase metade dos territórios da Bahia e de Minas Gerais.

Atendendo ao projeto de ocupação das “terras opulentas” do Alto Sertão baiano, em razão do ouro já encontrado e, portanto, o controle do quinto devido, a Coroa Portuguesa oficializou a fundação da vila de Rio de Contas em 09 de fevereiro de 1725. Por meio da vila, Portugal teria mais condições de implantar todo um mecanismo de controle daquele ouro, terceirizando todo custo do processo de povoamento e de extração aurífera, através do regime de sesmarias e da criação das casas de fundição do metal<sup>3</sup>, haja vista o fato de ao final do século anterior, já se notar uma relevante circulação de pessoas desejosas de encontrar ouro na região.

É nessa região também que se situava o chamado Sertão da Ressaca, uma faixa de terra entre os rios Pardo e das Contas<sup>3</sup>, ao longo do século XVIII, rotulado por Paraíso (1998) de “zona tampão”, pois era o último trecho controlado pela Coroa portuguesa a fim de que se evitasse o fluxo de pessoas nessa região, minimizando, por sua vez, os riscos de contrabando e descaminho do ouro. Em razão disso, esse trecho permaneceu oficialmente fechado por duas décadas.

---

<sup>3</sup>Note-se que a região do rio das Contas onde os indígenas estão estabelecidos ou afixados não é onde hoje é a cidade de Rio de Contas, mas sim nas proximidades da cidade de Jequié, onde havia o aldeamento do Funil de Rio de Contas, cuja criação é atribuída a figura de João Gonçalves da Costa aproximadamente no ano de 1782.

O gado era transportado para a região das minas e para o litoral por indígenas que aprendiam a atividade de vaqueiro. Porém, outras atividades também eram delegadas como parte da estratégia de convertê-los em trabalhadores nacionais, a partir da segunda metade do século XIX e começo do XX.

O trabalho na lavoura também era realizado por outro exemplo de incorporação de pessoas indígenas às atividades econômicas coloniais, o que ocorria tanto sob forma de trabalhadores livres assalariados, quanto como escravizados<sup>4</sup>. É importante dizer que essa relação de trabalho era muito próxima dos indígenas aldeados, pois eles eram vistos como civilizados, mansos, aculturados, diferentemente dos não aldeados tapuias que eram temidos e vistos como selvagens, bravos etc. (PERRONE-MOISÉS, 1992; MONTEIRO, 2000).

Cito ainda a presença de povos chamados tapuia nas Minas do Rio de Contas. As evidências são destacadas na tese de doutorado de Almeida (2012): “Quanto aos escravos de origem indígena, encontrei nove registros como tapuya<sup>5</sup> e um como vermelho, todos na primeira metade dos Setecentos, sugerindo que a guerra contra os ‘tapuyas-naturais do país’ fora vitoriosa naquela área” (p. 87). Aqui a historiadora aponta para a presença de cativos indígenas em Rio de Contas.

“Em meados do século XVIII, os mongoiós, pataxós e cutaxós ocupavam vales e planaltos entre os rios: Pardo, Gavião e de Contas. No final desse mesmo século, colonizadores brancos, comandados por João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, em sucessivos e sangrentos combates dominaram e combateram os sobreviventes. Remanescentes de botocudos, pataxós, mongoiós, imborés, camacãs, maracás e ferradas, aldeados, na região, durante a segunda metade do século XIX, deslocaram-se para o litoral ou foram assimilados e aculturados” (NEVES, 2008, p. 96).

Face a afirmativa supracitada, é possível pensar em algumas possibilidades de explicação da origem do grupo que tem sido investigadas ao longo desta pesquisa. Seus ancestrais podem ter sido aldeados por intermédio de algum missionário e posteriormente retornado a Rio de Contas e por lá se estabelecido prestando serviços a terceiros; podem ter fugido de algum cativo ou aldeamento e tempos depois terem os remanescentes retornado à cidade, conduzidos por suas memórias orais; podem também ter trabalhado na mineração, ainda no século XVIII, e negociado sua liberdade e lá permanecido após a fase do cativo; ou ainda, ao que parece existem muitas evidências sobre a possibilidade,

---

<sup>4</sup> Paraíso, 1994.

<sup>5</sup> Termo genérico usado para designar os povos indígenas que habitavam os sertão.

de que tenham sido levados ou atraídos durante o período do Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILT), já no começo do século XX, para servirem como trabalhadores nacionais, tendo sua identidade étnica coletiva convertida nas categorias caboclo e pardo (OLIVEIRA, 1997).

Diante de um longo período em que as pesquisas etnográficas acreditavam em uma apagamento étnico no Alto Sertão, embora, paradoxalmente, fossem socialmente reconhecidos como continuidade dos povos originários das Américas, podemos pensar que os indígenas presentes em Rio de Contas resistiram às tentativas etnocídio do Estado Brasileiro.

Assim, nesse contexto, estamos acompanhando o resgate da identidade étnica de um coletivo que, desde o dia 06 de agosto de 2021, se designa como “Povo Kariri da Panelada” depois de um processo de nomeação (ARRUTI, *Op. Cit.*). Essa reorganização da coletividade tornou-se oficial com a circulação de uma carta endereçada ao movimento indígena na Bahia e aos órgãos geridos pelo Estado Brasileiro como Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF), segundo trecho a seguir:

Nós, Povo Kariri da Panelada, estamos no município de Rio de Contas, Sul da Chapada Diamantina, Bahia. Há mais de um século nos reconhecemos e somos identificados como “Povo da Panelada”, pois ser da Panelada sempre significou “comer junto”. Passamos, todavia, a nos designarmos como Povo Kariri da Panelada a partir do dia 06 de agosto de 2021, após uma reunião na qual a comunidade optou por este nome étnico, pois entendemos que uma das nossas matrizes ancestrais é formada pela grande família Kariri que transitava por este território que hoje compreende a histórica cidade de Rio de Contas (Povo Kariri da Panelada, 2021).

Essa reflexão se aproxima do que Balibar (1991) chama atenção por unidade política e cultural de uma nação a partir da heterogeneidade de um Estado pluriétnico, e de uma unidade sobre a diversidade de culturas minoritárias. Ou seja, é possível compreender a contemporaneidade, a partir da associação entre racismo e nacionalismo, apresentando portanto, o caráter transformativo e adaptativo, e por isso, multifacetado (BALIBAR, 1991).

Por sua vez, o reconhecimento que compõe a descrição de que fala a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1986, p.118) está presente nos discursos do Povo Kariri Panelada como um potente desafio. Dessa forma, este artigo busca compreender como a comunidade, na condição de “marginalizada, dispersa e desterritorializada” (OLIVEIRA, J.P. de, 2011, p. 682), está reformulando sua identidade étnica que lhe permita a



configuração de ator político ressurgido. Desse modo, o “lugar”, ou domínio do lugar (CARVALHO & REESINK, 2018), nomeado de “Rua da Panelada”, conforme classifica Stuart Hall (2003), seria um território ancestral onde se vive uma “viagem de volta” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011), tendo em vista “uma relação profunda, cognitiva e afetiva com uma terra que se torna território” (*op. cit.*, p.88).

Nessa perspectiva, meu interesse como pesquisador se insere no debate em torno dos processos de etnogênese que caracterizam também o Nordeste Brasileiro, em destaque para os anos 1970, quando vimos de maneira expressiva ao ressurgimento coletivo de povos indígenas como os Pankararé e os Kiriri. Observemos que “a emergência de mobilizações étnicas nesse contexto se apresenta como uma virtualidade a ser estudada, num desafio que pode ser fecundo para a pesquisa de antropólogos e historiadores, o debate interdisciplinar e um pensamento crítico nas ciências humanas” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2011, *op. cit.*).

Uma possível inscrição do Povo Kariri da Panelada em um novo *layout* político pode estar associada à relação que Hall (2003) descreve entre “mundo globalizado” e “retorno da etnia” e, bem posteriormente, Pacheco de Oliveira (2011), como forma de assegurar a existência de identidades locais. Esse movimento de causa e efeito pode ficar mais evidente se percebermos que, enquanto a globalização avança com seu projeto político de ocidentalização sobre os diferentes povos, sobretudo, na virada do século XX para o XXI, paradoxalmente, “ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição” (BHABHA, 2013, p. 277).

Observemos, por fim, que a Rua da Panelada, enquanto um Terra Indígena em processo de resgate étnico pode também ser objeto de demarcação na condição de ocupação tradicional, bem como haver a criação de uma reserva. Os próximos passos dessa etnogênese em Rio de Contas vai depender muito da maneira como o grupo vai superar os desafios de reconstruir uma identidade étnica ante um contexto de Lei do Marco Temporal sobre a demarcação de Terras Indígenas.

### **Considerações finais**

A etnogênese é um fenômeno complexo, como foi visto no começo desse texto, de modo que ser protagonista de tal processo em uma sociedade pós-colonial é um desafio geralmente maior, pois, nesse caso, é fundamental tencionar as narrativas oficiais, entrar em dissidência com seus pares, lutar por direitos que nem sempre estão assegurando pela

constituição federal, etc. Isso tudo porque a formação ou apagamento de identidades ocorrem condicionadas ao acesso e controle das formas de poder, já que estas são produto do processo colonial e suas tramas históricas.

Assim, compreender como essa situação é (re)construída pelo povo Kariri da Panelada me motiva como pesquisador a viver com eles e elas intensamente esse processo que vai dor ao sorriso, da alegria à tristeza, como uma aliança que também faz parte desse resgate cultural. Sigo ansioso pelos próximos passos do grupo étnico, imaginando se estarão dançando um toré em meio a mais uma reunião do Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas da Bahia (COPIBA), enquanto penso que a ameaça que lhes representa hoje a Lei 14.701/2023 foi tão somente um distante pesadelo.

## Referências

- AGOSTINHO, et. al. Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. Salvador, D.A.E.- FFCH – Universidade Federal da Bahia, 1972.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas/Ba, século XVIII. 2012. Tese (doutorado em História) - Curso de História - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. *História* (São Paulo), v. 40, p. e2021006, 2021.
- \_\_\_\_\_. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Edusc, 2006.
- BALIBAR, Étienne. Racismo e nacionalismo. In: BALIBAR, Étienne & WALLERSTEIN, Immanuel, Raça, nação, classe. As identidades ambíguas. Rio de Janeiro: Boitempo.
- BAUER, Martin W. & GASKELL George. PESQUISA QUALITATIVA COM TEXTO, IMAGEM E SOM: um Manual Prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. In: *Mana* - Estudos de Antropologia Social 12(1):39-68.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. IN P. Poutignat & Jocelyne Streiff-Fenart. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª Edição – 1994.

BRASILEIRO, Sheila. *A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri*. Sociologia: UFBA, 1996.

CARVALHO, Maria do Rosário G de. *A Chapada Diamantina em três registros ou três tempos*. In: *Projeto Unesco no Brasil, textos críticos*. Salvador, EDUFBA, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1986.

CAROSO, Carlos. *Pankararé de Brejo do Burgo: um grupo indígena aculturado*. Museu do Índio, 1977.

CLIFFORD, James; RAO, Ahobala. *Uma estrutura simples e geral para domínios temporais*. 1986.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. *Etnografia e imaginação histórica: Breve introdução sobre as relações entre antropologia e arte, desafios analíticos e (in) segurança*. PROA, 2010.

DANTAS, B.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

DESLAURIERS, J. P. e KÉRISIT, M. *O delineamento de pesquisa qualitativa*. In: POUPART, J. et al. (orgs.) *A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FONTELLA, Leandro G. *Etnogênese: um dimensão de lutas culturais*. In: PAREDES, Marçal de M. & SOARES, Fabrício A.A. *História Intelectual e dos conceitos: a historicidade e suas múltiplas escalas: Europa, América, África*. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020.

JOHANNES, Fabian. *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HARRIS, Marvin. "Race and Class", *Town and Country in Brazil*. New York, Columbia University Press, 1956.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HILL, Jonathan D. (Ed.). *História, poder e identidade: etnogênese nas Américas, 1492-1992*. University of Iowa Press, 1996.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

MIGNOLO, Walter. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 23. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local*. Edufba: Salvador, 2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Mana*, n. 1, p. 47-77, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Maria Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PINHO, Osmundo. *A antropologia no espelho da raça*. *Novos Olhares Sociais*, n. 1, p. 99-118, 2019.

POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) - Curso de Antropologia - Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Política indigenista no Brasil imperial. O Brasil Imperial (1808-1889)*, *Civilização Brasileira*, v. 1, p. 175-206, 2009.

SANCHES. Nanci Patrícia Lima. *Os livres pobres sem patrão nas Minas dos Rios de Contas/Ba – Século XIX (1830-1870)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Curso de História - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SIDER, Gerald M. *Histórias indígenas de Lumbee: raça, etnia e identidade indígena no sul dos Estados Unidos*. Arquivo CUP, 1994.

SIERING, Friedrich Câmara. Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no Sertão dos Maracás (1650-1701). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Curso de História - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DE MELLO, Laura et al. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. Editora Companhia das Letras, 1986.

TAYLOR, C. A política de reconhecimento, Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. 1991, vol. 1. Brasília: Editora da UnB.